

No papel do FMI, as maiores divergências

SEUL, COREIA DO SUL — A atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI) na renegociação da dívida externa brasileira é a maior divergência que existe entre o Comitê dos bancos credores e o Governo brasileiro. Após uma reunião de três horas do Comitê com o Presidente do Banco Central do Brasil, Fernão Bracher, o Coordenador do Comitê, William Rhodes, afirmou que para ele o Brasil continuava negociando um acordo stand-by com o FMI para respaldar os bancos na renegociação plurianual da dívida.

Já o Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, disse que havia uma diferença de velocidade entre o Brasil e os bancos credores. Esta di-

ferença está na pressa dos bancos em um rápido acordo do Brasil com o FMI, enquanto o Governo brasileiro não pretende discutir qualquer programa com o Fundo que resulte em sacrifício do crescimento econômico.

O Diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, também presente à reunião, lembrou que como desde 1º de janeiro o Brasil está à margem de qualquer programa do FMI e o crescimento econômico vem ocorrendo, com as exportações indo bem e a inflação sem fugir ao controle, o Governo não tem pressa de negociar com o FMI. Ao contrário, prefere impor suas próprias condições, ainda que

aceitação demore.

Uma das preocupações de Rhodes quanto à demora diz respeito à resistência de 15 por cento dos bancos credores em aceitar a prorrogação do acordo provisório de renegociação da dívida, que expira a 16 de janeiro de 1986. Apenas 85 por cento dos bancos aderiram ao acordo, de grande importância nas linhas de curto prazo, comerciais e interbancárias, que representam US\$ 15,7 bilhões atualmente, quase o dobro das reservas brasileiras. Com a desistência dos bancos pequenos, a posição dos grandes bancos, representados no Comitê, aumenta, junto com a impaciência de Rhodes com a política de ganhar tempo do Brasil.



O Ministro das Finanças do México, Jesus Silva Herzog (à esquerda), e o Presidente do Banco Mundial, A. W. Clausen, assinam o acordo que libera US\$ 255 milhões para o México aplicar no desenvolvimento de sua pequena indústria e projetos habitacionais